

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
894.694 RIO DE JANEIRO**

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
EMBTE.(S)	: RENATO TRISTAO MACHADO JUNIOR
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS MAGALHÃES BARCELLOS E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: CELSO CABRAL NUNES
ADV.(A/S)	: DÉBORA DA SILVA QUEIROZ
EMBDO.(A/S)	: ROSA LUIZA MARTINS DE BARROS JAUHAR
EMBDO.(A/S)	: MARIA INEZ DOMINGOS PUCELLO
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA: DIREITO PENAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS RELACIONADOS NO ART. 619 DO CPP. PRETENSÃO DE CARÁTER INFRINGENTE.

1. Não há ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão no acórdão questionado, o que afasta a presença de qualquer dos pressupostos de embargabilidade, nos termos do art. 619 do CPP.

2. A via recursal adotada não se mostra adequada para a renovação de julgamento que se efetivou regularmente.

3. Embargos de declaração rejeitados.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de

ARE 894694 AGR-ED / RJ

declaração, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
894.694 RIO DE JANEIRO**

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
EMBTE.(S)	: RENATO TRISTAO MACHADO JUNIOR
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS MAGALHÃES BARCELLOS E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: CELSO CABRAL NUNES
ADV.(A/S)	: DÉBORA DA SILVA QUEIROZ
EMBDO.(A/S)	: ROSA LUIZA MARTINS DE BARROS JAUHAR
EMBDO.(A/S)	: MARIA INEZ DOMINGOS PUCELLO
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão, julgado sob minha relatoria, proferido por esta Primeira Turma, assim ementado:

“DIREITO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF.

1. Para chegar a conclusão diversa do acórdão recorrido, imprescindível seria a análise da legislação infraconstitucional pertinente e uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos (Súmula 279/STF),

ARE 894694 AGR-ED / RJ

procedimentos inviáveis em recurso extraordinário. Precedente.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.”

2. A parte embargante afirma que, *“como se trata de questão de índole constitucional, a análise da legislação infraconstitucional pertinente e uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos (Súmula 279/STF) só seria necessária se não houvesse no acórdão recorrido o fato de estar consignado expressamente as datas, o que efetivamente não ocorre”*.

3. É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
894.694 RIO DE JANEIRO**

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. O recurso não pode ser provido, tendo em vista a inexistência de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão no acórdão questionado, o que afasta a presença dos pressupostos de embargabilidade, conforme o art. 619 do CPP.

2. Estes embargos veiculam pretensão meramente infringente. Objetivam tão somente o reexame de pedido já repelido, à unanimidade, por esta Primeira Turma. E os embargos não podem conduzir à renovação do julgamento que não se ressentir de nenhum vício e, muito menos, à modificação do julgado.

3. A parte recorrente limita-se a postular uma nova apreciação do mérito de um julgamento que transcorreu de forma regular. Incide, portanto, no caso, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que afasta o cabimento dos declaratórios com essa finalidade.

4. Tal como consta na decisão embargada, para chegar a conclusão diversa do acórdão recorrido, imprescindível seria a análise da legislação infraconstitucional pertinente e uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos (Súmula 279/STF), procedimentos inviáveis em recurso extraordinário.

6. Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 894.694

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

EMBTE.(S) : RENATO TRISTAO MACHADO JUNIOR

ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS MAGALHÃES BARCELLOS E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : CELSO CABRAL NUNES

ADV.(A/S) : DÉBORA DA SILVA QUEIROZ

EMBDO.(A/S) : ROSA LUIZA MARTINS DE BARROS JAUHAR

EMBDO.(A/S) : MARIA INEZ DOMINGOS PUCELLO

INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: A Turma rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma